



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº / 2012 (Da Sr. Mauro Lopes e Sra. Jô Moraes)

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o reflexo da Lei 12.619 de 2012 que regulamenta a atividade do motorista.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública com os convidados a seguir nomeados, em data oportunamente aprazada, para debater sobre o reflexo da Lei 12.619 de 2012 que regulamenta a atividade do motorista.

Participantes:

- Doutor Paulo Douglas, representante do Ministério Público do Trabalho (MT);
- Representante do Ministério do Trabalho;
- Representante do Ministério do Transporte;
- Representante do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.
- Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT;
- Representante da Confederação Nacional do Transporte - CNT

JUSTIFICAÇÃO

A lei 12.619/12 resultou de longo e cuidadoso diálogo mantido entre as representações de profissionais motoristas e empregadores do setor, sendo prestigiada integralmente pelo Parlamento brasileiro e devidamente sancionada pelo Poder Executivo.

A falta de regulamentação da profissão de motorista obrigava esses trabalhadores a exercerem suas funções em condições reconhecidamente penosas e estressantes e com eminente risco de morte.

São cinco milhões de motoristas atuando nos mais diversos setores econômicos e da sociedade, sendo com vínculo empregatício, autônomos, servidores públicos, que até a promulgação de uma legislação específica reguladora de sua atividade que pudesse dar o mínimo de tranquilidade quanto ao respeito dos direitos básicos indispensáveis a uma vida digna.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Além disso, promove expressivas mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), obrigando os motoristas autônomos e demais trabalhadores a se sujeitarem às regras de controle de tempo de direção e intervalos iguais aos dos trabalhadores com vínculo empregatício.

Alguns vetos mudaram o projeto inicial, causando dificuldade na lei que devem ser debatidos nessa audiência pública.

Sala das Comissões, de de 2012.

Mauro Lopes
DEPUTADA FEDERAL PMDB/MG

Jô Moraes
DEPUTADO FEDERAL PCdoB/MG